

A Política Externa Independente e o Golpe Civil-Militar de 1964: desafios entre a História da Política Externa e a História da Experiência Democrática Brasileira a partir de Luiz Alberto Moniz Bandeira

Independent Foreign Policy and the Civil-Military Coup of 1964: challenges between the History of Foreign Policy and the History of Brazilian Democratic Experience based on Luiz Alberto Moniz Bandeira

Mateus José da Silva Santos,¹ UFPel

Resumo

Esse texto discute, a partir de uma análise bibliográfica, as contribuições de Moniz Bandeira sobre a dimensão conflituosa da Política Externa Independente e o papel dos EUA no golpe civil-militar de 1964. Considerando suas contribuições em obras como *Brasil – Estados Unidos: a rivalidade emergente* e *O Governo Goulart: lutas sociais no Brasil (1961-1964)*, argumenta-se que, apesar dos distintos objetivos e temas, tais trabalhos contribuem para a reafirmação da dimensão internacional do golpe, sofrendo influência dos debates e questões relativas à inserção externa do Brasil e suas interações com a dinâmica doméstica.

Palavras-Chave: Golpe Civil-Militar de 1964; Política Externa Independente; Política Externa Brasileira; Luiz Alberto Moniz Bandeira.

Abstract

Based on a bibliographical analysis, this paper discusses Moniz Bandeira's contributions to the conflictual dimension of Independent Foreign Policy and the role of the United States in the 1964 civil-military coup. Considering his contributions in works such as *Brasil – Estados Unidos: the emerging rivalry* and *The Goulart Government: social struggles in Brazil (1961-1964)*, it is argued that, despite the different objectives and themes, such works contribute to the reaffirmation of the international dimension of the coup, being influenced by the debates and issues related to the Brazil's external insertion and its interactions with domestic dynamics.

Keywords: Civil-Military Coup of 1964; Independent Foreign Policy; Brazilian foreign policy; Luiz Alberto Moniz Bandeira.

Introdução

Em *A Diplomacia na Construção do Brasil*, Rubens Ricupero desenvolve uma análise histórica sobre as relações externas do país nos últimos três séculos, tratando de diferentes páginas que constituíram a trajetória da Política Externa Brasileira (PEB). Episódios como a Política Externa Independente (PEI) de Jânio Quadros e João Goulart ocupam um lugar de

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Membro pesquisador do Laboratório de Geopolítica, Relações Internacionais e Movimentos Antissistêmicos (LabGRIMA). E-mail para contato: mateus_santos29@hotmail.com. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

destaque em sua análise, a partir da sua condição enquanto suposto fator de desestabilização do ambiente político e “desencadeador de uma crise institucional” (Ricupero, 2017, p. 410).

Numa suposta necessidade histórica na redefinição das linhas mais gerais da ação externa brasileira, a conjunção de dificuldades internas e externas se tornara um desafio para a sobrevivência da PEI que, mesmo diante de seu êxito conjuntural, paradoxalmente contribuiria, na visão deste autor, para o acirramento das tensões em nível doméstico. Na literatura sobre o golpe civil-militar de 1964, as menções quanto ao papel da PEI na deterioração do quadro político dos últimos anos da experiência democrática ocuparam uma dimensão relativamente secundária, circunscrita, muitas vezes, a lembrança de episódios como a Condecoração de Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul nos últimos dias do Governo Jânio Quadros.

Autores como René Armand Dreifuss (1981) destacam a relevância da Política Externa em meio às lutas políticas que marcaram os anos que antecederam o golpe civil-militar de 1964. Como um dos alvos da ofensiva ideológica da burguesia contra o chamado bloco histórico populista, as relações exteriores do Brasil foram objeto de disputa e conflito em meio aos debates sobre o presente e o futuro de um país em transformação. No mesmo sentido, algumas perspectivas emergentes a partir da História da PEB valorizam a presença dos debates sobre a inserção internacional do país a partir de diferentes segmentos da sociedade, apontando suas consequências para a capacidade de obtenção de resultados por meio das iniciativas da PEI ou dos conflitos entre olhares distintos sobre o lugar a ser ocupado pelo Brasil no sistema mundial.

Diante da condição estratégica da Política Externa para diversas agendas de interesse dos heterogêneos atores domésticos entre os últimos anos de 1950 e o início de 1960, este texto propõe um estudo das relações entre a Política Externa Independente e Golpe de 1964 a partir das considerações desenvolvidas por Luiz Alberto Moniz Bandeira em *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)* e *Brasil – Estados Unidos: a rivalidade emergente*. Considerando tais obras como a expressão de um exercício intelectual de transição entre uma História dos últimos anos da Experiência Democrática Brasileira (1945-1964) e uma História da PEB respectivamente, buscam-se observar as continuidades e discontinuidades, as tensões e os enfoques de dois trabalhos marcados por interesses de pesquisa distintos, mas entrecruzados quanto à compreensão da dimensão externa da conjuntura. Trabalha-se com a seguinte questão: o intelectual baiano, ao propor uma perspectiva interdisciplinar sobre o golpe e a Política Externa, consegue transpor o baixo

diálogo entre a Historiografia da PEB e as abordagens acerca de temas de natureza doméstica (Santos, 2005)?

Esse texto é dividido em três partes. Num primeiro instante, apresentam-se algumas das principais características acerca da multifacetada historiografia sobre o golpe de 1964 e o lugar ocupado pela PEB nas considerações de alguns de seus principais representantes, além de caracterizações específicas da historiografia da PEB. Num segundo instante, desenvolvem-se considerações sobre a trajetória de Moniz Bandeira e sua condição enquanto um intelectual que transitou por diferentes disciplinas. Por fim, abordam-se as perspectivas defendidas autor nas obras selecionadas para esse estudo, considerando como variáveis de análise seus esforços de caracterização da PEI a partir de sua natureza conflituosa e o papel dos EUA no golpe civil-militar de 1964.

Entre a História do fim da Experiência Democrática Brasileira e a trajetória da Política Externa Independente: considerações bibliográficas

As interpretações sobre o golpe de 1964 transitaram entre diferentes formas de relação com o passado, abarcando tanto o desenvolvimento da Historiografia e análises a partir de outras áreas das Ciências Humanas quanto aos complexos processos de constituição e ativação de memória sobre um evento que legou profundas marcas na trajetória da sociedade brasileira contemporânea. Considerando tais características, um esforço de reconhecimento das principais linhas de análise sobre este fenômeno abarca ao menos três dimensões: as relações entre estruturas e conjuntura no acirramento da luta social e a capacidade de agência dos sujeitos, o desenvolvimento de estudos impulsionados pelas complexas interações entre memória e história, além do crescimento exponencial das análises sobre o golpe e a ditadura nas últimas décadas (Joffily, 2018).

Lucília de Almeida Neves Delgado (2010) propõe uma revisão da historiografia sobre o golpe de 1964 a partir da identificação de ao menos cinco correntes ou linhas interpretativas sobre o tema. No que denomina enquanto perspectivas estruturalistas, esta autora atribui às leituras apresentadas por Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso e Maria da Conceição Tavares um caráter estruturalista. Tais visões teriam em comum a adoção de uma leitura acerca da relação do golpe com o esgotamento do desenvolvimentismo e a crise do populismo, alimentada pela intensificação de suas contradições. Nesse sentido, a derrubada de Goulart assume o contorno de uma resposta autoritária aos desafios estruturais do próprio capitalismo brasileiro. Em *Colapso do Populismo no Brasil*, Octávio Ianni observa, mesmo que de forma secundária, o papel da Política Externa na trajetória de ascensão, consolidação e

crise do modelo de desenvolvimento e do pacto populista. No horizonte de transformação do país numa potência independente, a PEI faria parte de um processo de revisão da inserção internacional:

É preciso lembrar que já em anos anteriores estava ocorrendo uma reinterpretação dos vínculos externos do Brasil, no âmbito da América Latina e do ‘Mundo Ocidental’. Em realidade estavam em jogo – como quadro de referência político-militar e econômico – as relações entre as superpotências mundiais: os Estados Unidos da América do Norte e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (Ianni, 1978, p. 143).

Alinhada às dinâmicas que, em maior ou menor medida, poderiam levar o país a reorientar sua posição no âmbito do capitalismo global e, do ponto de vista geopolítico, rever sua posição no interior da aliança Ocidental, o desmantelamento da PEI também assumia um contorno estrutural, reflexo de um agudo movimento de reforço da dependência do país em relação ao centro hegemônico.

Tendo como principais referências nomes como Caio Navarro Toledo, a própria Lucília Delgado e Jacob Gorender, uma segunda corrente se caracteriza pela compreensão do papel do golpe enquanto um instrumento de reação das forças conservadoras aos possíveis sentidos e consequências das Reformas de Base. Diante das aspirações pela extensão dos direitos sociais e políticos no país, além da perspectiva de resolução de importantes entraves ao desenvolvimento, à derrubada de Goulart visava, dentre outras coisas, limitar ou impedir a execução de medidas que pudessem alterar ou questionar estruturas de reprodução das desigualdades e de exclusão sociopolítica e econômica.

No âmbito de suas considerações sobre o relativo fracasso da experiência parlamentarista no Brasil, Caio Navarro Toledo sugere um aparente descompasso entre as características do Gabinete Tancredo Neves e algumas iniciativas de Política Externa, sob o comando do chanceler San Tiago Dantas. Após o “golpe político” contra o regime institucionalizado com a Constituição de 1946 (Toledo, 1985, p. 18), a composição majoritariamente conservadora do primeiro governo parlamentar não impediu o que, na visão do autor, pode ser classificado como duas medidas apoiadas pelos grupos “progressistas e nacionalistas” (Toledo, 1985, p. 26). Além do cancelamento das autorizações feitas ao *Hanna Corporation*, o restabelecimento de relações com a URSS sinalizava a permanência da PEI. Apesar disso, episódios como a atuação brasileira em Punta Del Este são citados pelo autor como outro importante episódio que, mesmo vinculado aos propósitos de manutenção da linha de ação internacional iniciada pelo governo Jânio Quadros, demonstrava os seus limites frente às pressões dos EUA.

Tendo como dois dos seus principais expoentes intelectuais como Moniz Bandeira e René Armand Dreifuss, uma terceira linha interpretativa foi classificada como “conspiratória” por parte da autora. Denunciando a natureza aliancista do golpe, tais perspectivas apontam a participação das elites conservadoras que, associadas ao imperialismo estadunidense, propuseram uma saída autoritária no avanço das lutas sociais no país. Conforme Carlos Fico (2014), contribuições como as do cientista político uruguaio estabeleceram contrapontos em relação às teses que atribuem o golpe como responsabilidade centralmente dos militares. Do ponto de vista do debate sobre Política Externa, Moniz Bandeira, em *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*, reforça a continuidade da PEI durante o governo petebista, evidenciando, por um lado, a existência de uma ação governamental que não se resumia a um caráter reativo na economia:

O governo de Goulart não se limitou apenas a reagir em defesa da economia nacional, como no caso das importações de petróleo e de matérias-primas pela indústria farmacêutica, buscando contornar, mesmo em oposição aos Estados Unidos, o déficit do balanço de pagamentos. Ele adiantou uma série de importantes medidas ofuscadas, na época, pelas questões políticas e, posteriormente, pelos adversários, que se assenhorearam do Governo com o golpe militar de 1964. A diplomacia de Goulart não se resumiu a condenar as ofensas à soberania nacional e ao direito de autodeterminação de Cuba. Identificada com o Terceiro Mundo, ela visou a criar condições para que o Brasil expandisse e diversificasse seu mercado exterior (Bandeira, 1978, p. 115).

No interesse pela conquista de novos mercados entre os Estados em desenvolvimento, Moniz Bandeira atribui a tal característica uma espécie de contramão frente à situação de um governo diante de um intenso processo de desestabilização. Sua leitura se contrapõe a outras perspectivas sobre a PEI que enxergam certo desengajamento ao longo do mesmo período, estimulado principalmente pelas dificuldades internas e externas.

Um quarto grupo prioriza a elaboração de análises com enfoque mais conjuntural, além de abordar questões relativas ao funcionamento da democracia e das instituições. Abarcando nomes como Jorge Ferreira, Wanderley Guilherme dos Santos e Argelina Cheibub Figueiredo, tais leituras pensam o golpe de 1964 a partir das consequências negativas da radicalização política de ambos os espectros político-ideológicos, do aprofundamento de uma crise de governabilidade e da dificuldade de resposta a partir das instituições vigentes até então, além do papel de personagens específicos como o próprio presidente João Goulart e o então governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola. Do ponto de vista da abordagem sobre Política Externa, Jorge Ferreira sustenta o aparente descompasso entre as relações exteriores e a política interna janista. Vista pelo autor como a política pública em que o

governo tomaria “as medidas mais ousadas” (Ferreira, 2006, p. 67), atraindo setores mais progressistas e alimentando a desconfiança de segmentos mais conservadores.

Por fim, uma quinta corrente diz respeito ao chamado Novo Ciclo de Estudos sobre o golpe. Influenciado pela ampliação das fontes e, ao mesmo tempo, a revisitação de antigos documentos disponíveis, além da emergência de novos objetos e impulsos, este amplo segmento se notabilizou pela diversificação dos objetos de estudo sobre a conjuntura do golpe de 1964 e suas implicações para a sociedade brasileira, debatendo, dentre outras coisas, questões relativas às representações, as memórias e outras temáticas. Em alguns casos, a reavaliação de antigas questões à luz de novos problemas, fontes e perspectivas possibilita um avanço na compreensão de temáticas centrais sobre o golpe e a ditadura. Entre os estudos sobre a responsabilidade e a cumplicidade empresarial no contexto autoritário, Pedro Henrique Pedreira Campos (2014) reitera o papel cumprido pelo regime instaurado após a queda de Goulart em meio às dinâmicas de transformação do capitalismo nacional. Dialogando com leituras mais tradicionais sobre a PEB acerca do processo de revisão da inserção internacional após o Governo Castelo Branco, aquele autor estabelece a ponte entre a PEI e a trajetória da diplomacia na ditadura, reconhecendo características que, em maior ou menor medida, estiveram vinculadas ativamente aos impasses e desafios do desenvolvimento nacional.

Cumprir destacar que a diversidade de interpretações apresentadas a partir do modelo analítico fornecido por Lucília de Almeida Neves Delgado não exclui a possibilidade de combinação de duas ou mais correntes nos esforços de explicação da trajetória da PEI a partir de uma intersecção com a historiografia do golpe. Aspectos como as contradições envolvendo a aplicação de uma política externa autônoma frente aos conflitos sobre as características básicas da inserção internacional do país, as relações Brasil – EUA e as intersecções entre as relações exteriores e os desafios de manutenção do projeto de desenvolvimento do país se apresentam como algumas das principais questões presentes nas mais diversas análises sobre a conjuntura que culminaria com a derrubada de Goulart.

Enquanto objeto de considerações de uma heterogênea historiografia, as principais controvérsias envolvendo a produção analítica da PEI, no âmbito das produções sobre as relações exteriores do Brasil, dividem-se em ao menos duas questões. A primeira delas diz respeito à sua relação com a trajetória da PEB no Pós-Guerra. Conforme Thiago Pereira Caldas Brum (2008), as divergências sobre o nível de continuidade ou descontinuidade representado pela Política Externa de Jânio e Jango na trajetória da diplomacia brasileira estiveram entre as principais questões envolvendo a produção de análises sobre o período, do

ponto de vista das relações exteriores. Em sua visão, é possível dividir algumas das principais contribuições historiográficas em ao menos dois grupos. Não necessariamente nessa ordem de importância, um primeiro grupo de autores tende a atribuir a PEI um sentido de ruptura diante das características básicas da PEB nos anos 1950. Atribuindo ênfase às ações políticas e diplomáticas, algumas interpretações dessa corrente chegam a apontar para a PEI enquanto um possível paradigma de inserção internacional que, mesmo diante do hiato representado pelos primeiros anos do Governo Castello Branco, se consolidaria enquanto uma proposta mais consistente de condução das relações exteriores nas décadas subsequentes.

Entre os autores que se enquadram na valorização da ruptura representada pela Política Externa de Jânio a partir de 1961 está Henrique Altemani de Oliveira (2005). Na visão deste autor, diante da experiência limitada de revisão das relações interamericanas a partir da proposta juscelinista da Operação Pan-Americana (OPA), “a PEI teve como objetivo redirecionar a política externa, deslocando-a do eixo norte-americano para uma inserção mais internacional” (Altemani, 2005, p. 74). Nesse sentido, estimulada pelo descompasso de interesses entre Brasil e EUA e influenciada pelas mudanças na conjuntura internacional, a Política Externa de Jânio e Jango teria como uma das principais marcas o lançamento das bases para alterações estruturais nas relações exteriores, mobilizando linhas de ação e princípios que abririam novas possibilidades para o Brasil na cena internacional.

Do ponto de vista da defesa da noção de continuidade, Thiago Pereira Caldas Brum aponta para a inserção de tais leituras dentro de um modelo de análise classificado como societal. Preocupado com a “análise da relação entre determinantes internas e condicionantes externos” (Brum, 2008, p. 84) tais interpretações priorizam o estabelecimento de relações entre a Política Externa e os desafios socioeconômicos, políticos e culturais do país. Um autor a se vincular a tal perspectiva é Paulo Fagundes Vizentini. Em sua visão, a PEI representou uma espécie de inserção madura, fundamentada por um tipo de diplomacia em gradativa construção ao longo dos anos 1950:

Apesar das diferenças existentes entre o nacional-populismo de Vargas, o desenvolvimentismo associado de Kubitschek e a Política Externa Independente de Quadros e Goulart, estas possuem em comum, em seus momentos decisivos, a tentativa de realizar uma diplomacia de barganha visando a ampliar a autonomia frente aos EUA, após as decepções geradas durante o governo Dutra, quando se esperava uma relação privilegiada com este país como decorrência da cooperação durante a Segunda Guerra Mundial (Vizentini, 2004, p. 11).

Diante do esgotamento da perspectiva de alinhamento do Brasil em relação aos EUA, praticado durante o governo Dutra, uma nova fase na Política Externa seria inaugurada a

partir do Segundo Governo Vargas (1951-1954). Em meio aos desafios emergentes a partir do avanço da industrialização, urbanização, crescimento da classe operária e do acirramento das lutas sociais no campo e na sociedade, novas demandas foram atribuídas às relações externas que, conjugada às mudanças na cena internacional, estimularam a produção de um tipo de inserção internacional que buscava um maior nível de autonomia e, ao mesmo tempo, maiores vantagens em relação ao centro do capitalismo global.

Incidindo mais diretamente acerca da trajetória da inserção internacional do país, Moniz Bandeira situa os primeiros movimentos de alteração na PEB ainda durante o governo JK. Para este autor, em meio às contradições existentes no processo de desenvolvimento a partir de seu vetor principal, a industrialização, os impasses registrados diante de um quadro inflacionário crescente, das diferentes vias de evasão de divisas, dos crescentes conflitos no campo e dos limites existentes num processo de “expansão industrial, alimentada pela substituição de importações de bens duráveis de consumo” (Bandeira, 1978, p.19), uma reorientação da Política Externa se tornaria uma ação fundamental:

Não havia, portanto, recursos suficientes para atender às crescentes demandas econômicas e sociais da classe trabalhadora, que, robustecida quantitativa e qualitativamente pela própria industrialização, adquirira maior peso político, e, ao mesmo tempo, manter a taxa de investimentos necessários à continuidade da expansão capitalista do Brasil. A busca de novos mercados no exterior não apenas para o café e outros produtos primários, mas também para o excedente de manufaturas, conformou-se, então, como alternativa, o que implicava a reorientação da diplomacia para a África e a América Latina, com a perspectiva de ter de concorrer com a Europa, o Japão, e, sobretudo, os Estados Unidos (Bandeira, 2011, p. 79-80).

Reiterando as relações entre Política Externa e Desenvolvimento Nacional, Moniz Bandeira reafirma a dimensão socioeconômica das relações exteriores ao inserir suas transformações no âmbito das ações dos Estados diante dos impasses em nível doméstico e sistêmico. Nessa perspectiva, as transformações observadas ainda nos anos 1950 foram parte integrante dos desafios a serem enfrentados por um país em transformação, impulsionados pelos processos de industrialização, urbanização e crescimento da classe operária. A partir de tal leitura, a compreensão da PEI na trajetória da inserção internacional do Brasil no Pós-Guerra não assume necessariamente a condição de uma ruptura nas relações exteriores, mas uma espécie de aprofundamento diante de esforços e tendências registradas ainda nos anos 1950.

A segunda controvérsia reside na natureza da PEI e sua dimensão prática. A partir de olhares que valorizam tanto os resultados conquistados pelos dois governos no campo das

suas iniciativas para as reações exteriores quanto aos sentidos de mudança promovidos pela ditadura militar em seu início, uma das noções relevantes sobre a diplomacia brasileira entre 1961 e 1964 é a sua relativa limitação frente às adversidades conjunturais e estruturais do período. Nessa perspectiva, emergem ao menos duas interpretações. Por um lado, autores como Henrique Altemani de Oliveira enfatizam que “a PEI apresentava-se muito mais como uma intenção, um discurso, que atingiria sua maior capacidade de ação e implementação, no Governo General Geisel, na metade dos anos 1970” (2005, p. 88). Por outro, sem necessariamente classificar tal fase da PEB como um conjunto de dispositivos discursivos, Paulo Fagundes Vizentini classificou a PEI muito mais como uma política “precoce do que equivocada” (2004, p. 249-250), tendo em vista seu enraizamento nas necessidades do projeto de desenvolvimento brasileiro, o seu caráter coeso e coerente, mas submetido ao contexto interno adverso.

Sobre o último aspecto, a grande maioria dos autores consultados concorda com a tese de que uma das principais barreiras de solidificação das propostas de Jânio Quadros e João Goulart nos últimos anos da Experiência Democrática Brasileira foi a crescente radicalização entre os mais diferentes setores da sociedade brasileira. Diante da inexistência de fronteiras nítidas entre temas de Política Externa e Política Interna, agendas das relações exteriores extrapolaram a esfera de discussão institucional e intelectual, alcançando segmentos mais amplos do país. No avanço de tais leituras, um dos principais desafios é dimensionar o lugar ocupado pela PEB no tocante aos diferentes projetos de sociedade que, mesmo de forma difusa, ocuparam a cena política na disputa pelos rumos internos e externos do Brasil naquele contexto. Nesse exercício, retomar o pensamento de Moniz Bandeira consiste num esforço de identificação da relevância da PEI naquela conjuntura de acirramento da luta política e social no Brasil, apontando caminhos para o desenvolvimento de leituras que enfatizem a dimensão da disputa e do conflito sobre a inserção internacional do país e sua condição enquanto um dos expoentes do conjunto de crises que marcou o mesmo período.

Luiz Alberto Moniz Bandeira: um intelectual em trânsito

Na sua vasta trajetória intelectual, os exercícios de análise sobre a política internacional, a Política Externa do Brasil em meio aos desafios de desenvolvimento no interior das assimetrias do capitalismo mundial e considerações mais específicas sobre a História nacional, Luiz Alberto Moniz Bandeira se notabilizou pela produção de olhares interdisciplinares acerca de seus objetos, transitando, em maior ou menor medida, por campos como a História, a Ciência Política e as Relações Internacionais.

Nascido em Salvador (BA), Moniz Bandeira teve uma trajetória pelos contatos com importantes nomes da intelectualidade baiana, a exemplo do geógrafo Milton Santos e do historiador Luis Henrique Dias Tavares, e pelo desenvolvimento de uma militância política a partir de sua crescente aproximação com o trotskismo. Deixara a capital baiana ainda nos anos 1950 para seguir rumo ao Rio de Janeiro, cidade em que concluiria o curso de Direito na Faculdade de Ciências Jurídicas. Nas tramas entre a condição de intelectual e militante, exilou-se no Uruguai após o golpe de 1964, retornando ao Brasil um ano depois. Conforme Ana Vitoria Sampaio Castanheira da Rocha (2018), Moniz Bandeira teria sido pelo preso pela ditadura em duas oportunidades entre os anos 1960 e 1970, reflexo de alguém que sentira as consequências objetivas e subjetivas do regime autoritário.

Ainda na Década de 1970, publicara trabalhos que marcariam sua trajetória enquanto “intérprete da política internacional” e um dos primeiros expoentes na análise sobre a ruptura ocorrida em 1964 (Maldonado, 2021, p. 220). Trabalhos como *Presença dos Estados Unidos no Brasil* e *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)* chamariam atenção, em maior ou menor medida, para as intersecções existentes entre política externa e política interna, refletindo criticamente sobre a experiência de luta pelo desenvolvimento no Brasil em meio aos interesses enraizados da potência hegemônica. Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) no início dos anos 1980, Moniz Bandeira avançaria em suas análises sobre a PEB ao se concentrar sobre as relações entre o Brasil e seus vizinhos platinos ao longo de diferentes séculos, apontando para a importância do conceito geopolítico da América do Sul na definição dos interesses externos do país. Como professor universitário, ocupou a cátedra de História da Política Exterior do Brasil na Universidade de Brasília (UnB), além de ter atuado em diversas instituições de ensino na Europa.

Como uma possível representante da HPEB, *Brasil – Estados Unidos: a rivalidade emergente* discute os desafios enfrentados pelo Brasil na luta pelo desenvolvimento e construção de uma projeção internacional a partir dos anos 1950. Em meio aos objetivos de manutenção do processo de industrialização e transferência de tecnologia, além de elevar a posição do Brasil na arquitetura política e econômica global, aprofundam-se os conflitos entre os dois países, mesmo diante de esforços de contenção como aquele verificado com a derrubada de Goulart. Nesse sentido, ainda que não trabalhe com a dimensão de uma Política de Estado enquanto característica do desenvolvimento da PEB desde os anos 1950, Moniz Bandeira explora as continuidades nas estratégias de inserção internacional do país desde o Segundo Governo Vargas, bem como os desafios e limites de um país situado geopoliticamente sob a esfera de influência dos EUA.

Já no âmbito dos estudos mais específicos sobre o golpe de 1964, a obra *O Governo Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)* analisa a derrubada do presidente petebista sob a ótica do protagonismo das classes no processo histórico, considerando aquela conjuntura como um momento de “aguçamento de suas lutas” (Bandeira, 1978, p. 8). Afirmando se contrapor ao que considera como uma narrativa dos setores dominantes, Moniz Bandeira reconstitui o movimento de desestabilização contra o governo Goulart, envolvendo os diferentes segmentos domésticos que, com apoio dos EUA, opuseram-se ao reformismo e as propostas de transformação estrutural do país.

Como materializações de um processo de construção de conhecimento interdisciplinar sobre a Política Externa e as dinâmicas domésticas que marcaram a trajetória do Brasil Republicano, busca-se observar se Moniz Bandeira consegue transpor o relativo distanciamento entre a HRI e a historiografia brasileira, de modo geral. Sem deixar de reconhecer os diferentes ângulos e interesses de pesquisa expressos nas duas obras em questão, propõe-se um olhar cruzado sobre as perspectivas apresentadas acerca da PEI de Jânio Quadros e João Goulart, considerando a natureza das mais diferentes iniciativas expressas pelos dois governos, o ambiente de conflitos sobre a Política Externa e o papel cumprido pelos EUA no golpe de 1964.

Dimensão conflituosa da PEI

Enquanto parte integrante do quadro de acirramento da luta política e social no Brasil nos últimos anos da Experiência Democrática iniciada com o fim do Estado Novo, a PEI foi objeto de disputa entre os mais diferentes atores individuais e coletivos daquela conjuntura. Entre intelectuais, partidos, parlamentares, militares, diplomatas, imprensa e outros segmentos, o debate sobre o presente e o futuro das relações exteriores adquiria contornos complexos, reflexo da condição estratégica da inserção internacional brasileira para a concretização de diferentes agendas de interesse interno, tais como o desenvolvimento, a segurança nacional, a modernização e mesmo a reforma social.

A partir dos escritos de Moniz Bandeira, a dimensão da disputa assume ao menos três contornos. Num primeiro plano, as divergências quanto ao processo de formulação da Política Externa possuem alguma relevância, mesmo que limitada, na narrativa de determinados processos. Ao abordar as mudanças promovidas durante a segunda metade do governo JK na PEB, o autor sugere a existência de um processo não protagonizado pelo Itamaraty:

A reformulação da política exterior do Brasil respondeu, naquelas circunstâncias, a uma necessidade econômica e a projeção das linhas, sobre as quais pautaria, não se deveu à esquerda – nem ao Itamaraty, onde, aliás, o restabelecimento de relações comerciais com a União Soviética sofreu forte resistência do conservadorismo –, e sim ao próprio Kubitschek, sob influência direta de Augusto Frederico Schmidt e San Tiago Dantas, ambos ideologicamente oriundos da direita nacionalista, o integralismo, que fora o simulacro do nazifascismo europeu (Bandeira, 2011, p. 75).

No contexto de questionamento quanto ao futuro da inserção internacional do país, Moniz Bandeira acena com uma leitura crítica quanto aos rumos da PEB a partir da movimentação dos atores institucionais e sociais no fim dos anos 1950. A relação estabelecida entre o Itamaraty e a preservação de uma linha de atuação externa considerada aquém das necessidades socioeconômicas do país remonta a um debate contemporâneo e extemporâneo acerca do lugar ocupado pela diplomacia brasileira naquele contexto. Conforme Luciano da Rosa Muñoz, desenvolveu-se ao longo de 1961 uma espécie de “duplo estranhamento” entre Jânio e o corpo diplomático brasileiro (2019, p.236). Nas origens de tal situação, o interesse crescente do Chefe de Estado em incidir sobre os rumos da PEB, o corte parcial nos salários de categorias vinculadas à chancelaria, a aproximação com intelectuais e outras figuras que viriam a ocupar postos na diplomacia em detrimento da burocracia especializada e as discordâncias quanto a determinadas iniciativas estimularam a produção de um relacionamento difícil entre as partes.

As tensões entre governo e diplomacia ocupam também outro espaço nas considerações sobre o período parlamentarista, sob um ponto de vista alternativo. Em *O Governo João Goulart: lutas sociais no Brasil (1961-1964)*, Moniz Bandeira reconstitui as implicações da participação brasileira na Conferência de Punta Del Este (1962), episódio protagonizado pela postura do então chanceler brasileiro Francisco Clementino de San Tiago Dantas em defender a autodeterminação cubana e a constituição de uma fórmula diplomática capaz de impedir o isolamento da ilha em relação ao sistema interamericano. Diante das pressões externas e internas sobre a posição brasileira, o autor chama atenção para o relativo apoio doméstico às linhas adotadas pelo chanceler brasileiro durante o evento:

Quase toda a opinião pública se expressou favoravelmente à atitude de San Tiago Dantas em Punta del Este, aplaudida por Sindicatos, associações de classe, entidades estudantis e Câmaras Municipais, e por um momento o governo parlamentar de Tancredo Neves se fortaleceu (Bandeira, 1978, p. 48).

Diante de uma agenda que expôs controvérsias entre segmentos influentes no Itamaraty e a condução da Política Externa durante o governo Goulart, Moniz Bandeira opta

por abordar a existência de algum respaldo social para as posições defendidas por San Tiago Dantas naquela ocasião. Apesar da relevância de tais considerações para uma compreensão mais ampla do papel das relações exteriores no âmbito da luta política e social no Brasil dos últimos anos da Experiência Democrática, o relativo consenso sugerido pelo autor se mostra controverso diante das pressões e consequências da atuação brasileira na crise envolvendo a situação de Cuba no sistema interamericano. Conforme Tânia Maria Pechir Gomes Manzur (2009), ao menos quatro correntes de opinião disputavam os sentidos e os rumos da PEI durante o governo Jânio Quadros e o período parlamentarista. No tocante às posições brasileiras em Punta Del Este, setores classificados como liberais associacionistas discordavam da linha assumida por San Tiago Dantas ao apontarem a existência de uma incompatibilidade entre o comunismo e os princípios que fundamentariam o sistema interamericano.² Os chamados liberais nacionalistas,³ ao apregoarem um tipo de inserção internacional mais autônomo dentro das tradições diplomáticas do país, apresentavam uma dose de realismo em sua análise sobre a Conferência. Na visão de tal corrente, apesar de elogiável juridicamente, a postura brasileira se apresentava como inviável politicamente, tendo em vista as pressões de Washington e os apelos em relação aos efeitos do aprofundamento da Revolução Cubana a partir de uma crescente aproximação com Moscou.

Mesmo entre as correntes que abertamente defendiam as posições brasileiras, havia algum nível de divergência. Se os universais-independentistas validavam a defesa da autodeterminação cubana e sua permanência no sistema interamericano a partir da valorização do direito internacional,⁴ os ditos radicais-nacionalistas eram favoráveis às posições brasileiras, mas questionavam a natureza daquele encontro.⁵ Diante do quadro diversificado de posições, a sugestão feita por Moniz Bandeira corresponderia apenas a uma das mais

² Reunindo nomes como Eugênio Gudín, Roberto Campos, Carlos Lacerda e organizações como o IBAD, os liberais-associacionistas defendiam a existência de relações preferenciais do Brasil com o Mundo Ocidental, orientando-se a partir de uma concepção de um mundo rigidamente bipolar. Além de defenderem o capital estrangeiro, destacavam-se pelo reconhecimento da liderança dos EUA no plano estratégico (Manzur, 2009).

³ Apesar de se pautarem pelo conflito Leste-Oeste e reivindicarem um conjunto de princípios e linhas de ação que vinculavam o Brasil ao Bloco Ocidental Capitalista, os ditos liberais nacionalistas vislumbravam uma maior margem de autonomia do país, defendendo um modelo liberal que não necessariamente se traduzisse em dependência econômica e estratégica. Entre os seus principais nomes estava Plínio Salgado (Manzur, 2009).

⁴ Favoráveis ao universalismo nas relações exteriores e na coexistência pacífica como marco constitutivo das relações entre os blocos de poder, os universal-independentistas se aproximavam da linha executada pelos governos Jânio Quadros e João Goulart em termos de política externa, reivindicando a defesa do desenvolvimento autônomo, o controle do capital estrangeiro e, internamente, o compromisso com as reformas. Nessa corrente podem ser enquadrados os três principais chanceleres da PEI: San Tiago Dantas; Afonso Arinos e Araújo Castro (Manzur, 2009).

⁵ Reunindo segmentos trabalhistas, comunistas e intelectuais vinculados ao ISEB, os radicais nacionalistas tinham como principais características a adoção de uma linha considerada antiamericana nas relações exteriores, criticando a dependência e a ingerência norte-americana na América Latina. Do ponto de vista da inserção internacional, eram favoráveis ao movimento de diversificação das parcerias internacionais (Manzur, 2009).

diferentes alternativas colocadas diante do debate público sobre um tema que expôs as complexidades envolvendo a relação entre Política Externa, Diplomacia e uma Sociedade em Transformação.

Uma terceira dimensão do caráter conflituoso envolvendo a PEI diz respeito ao desenvolvimento das relações Brasil – EUA nos anos finais da Experiência Democrática. Ao longo das duas obras analisadas, as abordagens sobre o tema podem ser enquadradas em ao menos três variáveis: a) As diferentes estratégias dos EUA frente aos projetos de desenvolvimento e autonomia externa do Brasil; b) As perspectivas brasileiras em relação a Washington; c) O nível de engajamento dos EUA no avanço do golpismo contra Goulart.

Do ponto de vista das perspectivas de relacionamento entre Brasília e Washington a partir dos formuladores da Política Externa dos EUA, Moniz Bandeira destaca a existência de um conjunto de estratégias distintas a partir do mandato de John Kennedy, aplicada de diferentes formas entre 1961 e 1963. Diante da sombra do avanço do processo revolucionário em Cuba e da crescente contestação dos movimentos nacionalistas latino-americanos quanto à revisão das relações com os EUA em favor do desenvolvimento, desenvolveu-se, na concepção do cientista político baiano, uma estratégia de natureza ofensiva e outra preventiva. No primeiro caso, destacaram-se o exercício da espionagem e a criação dos “grupos especiais de contrainsurreição” (Bandeira, 2011, p. 86). Já no segundo, o desenho de uma nova estratégia de ação multilateral a partir da promoção da chamada Aliança para o Progresso.

Numa análise mais crítica sobre o caráter ofensivo de determinadas ações dos EUA, é possível incluir outras ações que, desenvolvidas em nível diplomático ou não, pressionavam direta ou indiretamente o Brasil frente aos interesses da potência hegemônica. Deste modo, acrescentam-se também as tratativas sobre o apoio brasileiro às ações contra Cuba, os baixos entendimentos acerca dos esforços brasileiros em conquistar novos recursos para o desenvolvimento e, ao mesmo tempo, renegociar as dívidas em curto prazo e as ações de agentes de Estado dos EUA no país, a exemplo do embaixador Lincoln Gordon.

Considerando esse cenário mais amplo, a aplicação de tais estratégias no contexto brasileiro teria variado significativamente entre os mandatos de Quadros e Goulart. Em relação ao ex-governador de São Paulo, as abordagens de Moniz Bandeira em *Brasil – Estados Unidos: a rivalidade emergente* enfatizam a existência de um nível relativo de tolerância das autoridades estadunidenses para com os sentidos da PEI, porém encaminhando para um grau de instabilidade até a inesperada Renúncia. Para o autor, Jânio Quadros teria chamado atenção do presidente estadunidense pelo “carisma e estilo populista” (Bandeira, 2011, p. 87), demonstrando capacidade de conciliação de um projeto reformista com os

princípios da chamada democracia representativa. A combinação desses dois elementos fazia do Brasil um ator ainda mais estratégico no contexto do desafio imposto por Cuba ao sistema interamericano. Conforme Moniz Bandeira (2011), criou-se a expectativa de ter no Brasil uma alternativa de modelo de desenvolvimento político e socioeconômico, capaz de contrapor a experiência cubana.

Diante desses e de outros horizontes, episódios como os diálogos entre Jânio Quadros e Adolfo Berle Jr, além de, posteriormente, o encontro do presidente brasileiro com Douglas Dillon são citados pelo cientista político baiano como momentos de contato direto do Chefe de Estado com autoridades estadunidenses. Ao avaliar o tom das conversas, torna-se perceptível a existência de certa habilidade do brasileiro em resistir às ofensivas dos EUA. No contexto das tentativas de Washington em conquistar o apoio ou a conivência brasileira em uma intervenção contra Cuba, os limites quanto a participação direta ou indireta do Brasil se misturava com as perspectivas em garantir suporte financeiro:

Quadros, evidentemente, condicionava qualquer forma de colaboração com os Estados Unidos, na questão de Cuba, ao atendimento dos graves problemas financeiros do Brasil, e enfatizou ainda mais as dificuldades políticas que enfrentava, a fim de encarecer sua posição nos entendimentos. Sem dúvida alguma, naquelas circunstâncias, não lhe era fácil recuar, abandonar os princípios de autodeterminação e não intervenção, e tanto Berle Jr. quanto o embaixador John Moors Cabot colheram a impressão de que ele fora sincero (Bandeira, 2011, p. 89).

Ainda que não faça uso direto do conceito de “barganha” para designar o jogo envolvendo Brasil e Estados Unidos nesse contexto, Moniz Bandeira atribui uma dose de realismo a possibilidade de mudança na posição brasileira, estando imersa frente aos desafios políticos e econômicos de natureza interna e externa. Nesse sentido, a crença da PEI enquanto um instrumento flexível, direcionado aos objetivos específicos como a conquista de apoio doméstico e o atendimento das demandas impostas à Política Externa alimentaria não somente parte do imaginário brasileiro, mas também teria alguma ressonância entre as autoridades estadunidenses (Loureiro, 2012).

Contudo, o mesmo autor estabelece algumas ressalvas quanto ao suposto nível de tolerância dos EUA durante o governo Jânio Quadros. Para Moniz Bandeira (2011), o presidente brasileiro não conseguiu superar totalmente as desconfianças quanto aos rumos de sua Política Externa, promovendo críticas e desapontamentos entre diferentes segmentos dos setores de inteligência estadunidenses. Ao reconstituir os episódios que marcaram os últimos dias de Jânio no Palácio do Planalto, destaca-se o envio de um comunicado do então Ministro da Guerra Odilio Denys que, ao preparar uma intervenção no âmbito do Dia do Soldado, fazia

menção aos limites existentes na inserção internacional do país diante dos compromissos filiados ao bloco Ocidental Capitalista.

A partir das abordagens sobre o Governo Goulart, verifica-se uma alteração substancial na condução das estratégias. Se a tolerância prevalecia em relação ao avanço das estratégias ofensivas ao longo dos primeiros meses de 1961, o inverso se deu durante praticamente todo o mandato do petebista. As ações estadunidenses transitaram entre a elevação das pressões financeiras e diplomáticas, o apoio a segmentos que conspiravam contra o presidente, a elevação da presença física no país e as tentativas de fortalecimento da oposição à Goulart. Antes, porém, um fator fundamental na produção de um ponto de virada entre os dois mandatos diz respeito à conformação das alianças políticas no entorno dos dois presidentes. Se Jânio Quadros possuía o respaldo dos setores conservadores, a ascensão de Jango representava uma perspectiva de crescimento da influência de setores vinculados ao nacional-reformismo nos círculos do poder:

A tendência nacional-reformista de Goulart, pois, diferia essencialmente do populismo de Quadros e daí as crescentes dificuldades internas e externas com as quais defrontou antes e depois de sua ascensão à presidência da República (Bandeira, 2011, p. 101).

Os históricos vínculos com setores ligados ao trabalhismo e o relativo compromisso com as reformas faziam de Goulart um personagem ainda mais intrigante para os círculos estadunidenses do que Jânio Quadros. A existência de tais desconfianças provocava uma situação relativamente complexa. Se alguns agentes de Washington não acreditavam num aprofundamento da PEI após os eventos de agosto de 1961, o relativo apoio ofertado por parte de setores progressistas às linhas de ação externa estabelecida por Jânio e a crença de um projeto de reinserção do Brasil no sistema mundial enraizado num movimento de “amadurecimento da consciência” (Bandeira, 2011, p. 102). Somam-se a isso, questões que extrapolavam a própria PEI ao afetar os interesses privado estrangeiro no país, tais como o avanço das encampações e a Lei sobre Remessa de Lucros. Um exemplo de avanço da estratégia ofensiva dos EUA foi a instrumentalização da Aliança para o Progresso.

Constituída em 1961 enquanto uma perspectiva de combate ao comunismo pela via do desenvolvimento, a chamada Aliança para o Progresso (ALPRO) foi uma das principais agendas multilaterais entre Brasil, América Latina e EUA ao longo da primeira metade dos anos 1960, alimentando expectativas quanto à injeção de recursos para o desenvolvimento nos países do continente. Nos governos Jânio Quadros e João Goulart, as relações com tal iniciativa variaram entre a frustração diante das promessas não cumpridas e apreensão quanto

à sua incorporação entre os aspectos que constituíam a estratégia ofensiva dos EUA. Em *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*, Moniz Bandeira retoma um debate sobre a situação das relações econômicas entre Brasil e EUA. Considerando que, ao contrário do que era defendido por setores da imprensa dos EUA, estudos da Embaixada Brasileira em Washington e mesmo produções intelectuais evidenciavam que a ajuda estadunidense era muito menor do que imaginava e seus impactos não alteravam a dimensão da grande remessa de capitais para a potência do norte. Ações como a ALPRO, a partir das condições colocadas, não alteravam esse quadro. Pelo contrário, constituíam numa forma de enquadramento do país ao receituário econômico-financeiro defendido pelos EUA:

Todas as verbas prometidas pela Aliança para o Progresso ‘aguardavam a eventualidade de uma submissão do Brasil às exigências norte-americanas sobre as desapropriações e à política financeira do FMI’. E, na verdade, o que ocorria não era uma transferência de capitais dos Estados Unidos para o Brasil e sim, ao contrário, um escoamento de recursos do Brasil para os Estados Unidos (Bandeira, 1978, p. 91).

Apesar de constituída no âmbito das reivindicações de movimentos que lutavam por maior autonomia e desenvolvimento para os países continentais, a resposta do centro hegemônico a partir da ALPRO evidenciava o descompasso entre a estratégia de ampliação das suas concessões e a manutenção das estruturas de dominação por parte de Washington. A sua transição enquanto recurso de desestabilização atingiu um ponto máximo com a transferência de recursos do programa para os governos estaduais que se contrapunham ao presidente Goulart. Num movimento que violava a própria estrutura institucional das relações exteriores do Brasil, Moniz Bandeira (2011) reitera que o Chefe de Estado cogitou denunciar tal postura, demonstrando seu conhecimento quanto ao que se passava nas relações entre os EUA e atores subnacionais.

Em relação às perspectivas brasileiras, um sentido relativamente contínuo entre a obtenção de vantagens econômico-financeiras junto aos EUA e a atenuação do caráter da PEI diante das pressões de Washington coexiste nas abordagens de Moniz Bandeira sobre os dois governos. Durante os meses de Jânio Quadros na presidência, os esforços de superação das desconfianças sobre a PEI se concentravam na determinação de seu caráter instrumental frente aos rumos da luta política no país. Segundo o autor, diferentes observadores internos e externos atribuíam a PEI certa dimensão manipulatória, no sentido de atrair segmentos que rejeitavam o programa de austeridade praticado internamente por Jânio Quadros (Bandeira, 2011). Tal leitura se transformou em uma característica reivindicada pela maioria dos autores

que contribuíram para a historiografia do tema, evidenciando os limites existentes na natureza da PEI enquanto um projeto autônomo de inserção internacional.

Durante o Governo Goulart, um, entre muitos outros episódios, pode ser tomado como exemplo quanto ao lugar ocupado pelos EUA na formulação da PEB. Para além das negociações envolvendo a revisão dos acordos financeiros do país e a busca de maiores recursos para o desenvolvimento, o episódio da Crise dos Mísseis foi significativo quanto às possibilidades de diálogo entre os dois Estados em meio às pressões domésticas e sistêmicas impostas ao Brasil. Conforme Paulo Fagundes Vizentini, as tensões envolvendo as superpotências no caso da possível instalação de Mísseis Soviéticos na Ilha Caribenha representou um importante episódio para PEI, na medida em que se fazia necessário “ceder em alguns pontos” diante do peso da situação (2004, p.201). Rememorando a atuação brasileira em Punta Del Este, o desafio da diplomacia residia em combinar a defesa da autodeterminação cubana com uma dose realista acerca do cenário que se apresentava. Nesse sentido, o governo brasileiro buscou construir uma solução conciliadora para o episódio, demonstrando o interesse em se posicionar enquanto um ator decisivo para a diminuição das tensões:

Mas o Brasil continuava a se opor à invasão de Cuba, conquanto fizesse concessões formais ao anticomunismo da OEA, e Goulart respondeu a Kennedy que não compactuaria com o atentado aos princípios de não-intervenção e de autodeterminação, sendo seu Governo, consequentemente contrário e hostil àquela iniciativa, se os Estados Unidos resolvessem consumá-la (Bandeira, 1978, p. 79).

Diante de mais uma questão que colocava em xeque a estabilização do sistema interamericano, a postura brasileira demonstrou certa continuidade de ação ao manter a perspectiva de afirmação de saídas não intervencionistas. Contudo, na concepção de Moniz Bandeira, a posição brasileira se mostrava “vacilante, dúplice e equívoca” e que (Bandeira, 1978, p. 80), a partir de seus encaminhamentos, teria contribuído para o avanço as tensões internamente. Ao chamar atenção para tal circunstância, o autor evidencia o quanto a PEI esteve submetida às pressões de diferentes correntes que discutiam o presente e o futuro da inserção internacional do país, não sendo objeto de pacificação entre o governo e os atores constituintes das lutas políticas e sociais naquele contexto.

Como um terceiro componente nessas relações, a participação estadunidense no golpe de 1964 se mostrou relevante no suporte ofertado aos conspiradores, no fortalecimento das oposições ao governo Goulart, na organização de uma ação preventiva e na atribuição de legitimidade ao novo regime. Nas duas obras, o enfoque atribuído às relações Brasil – EUA

no campo da Política Externa evidenciam a relevância da dimensão internacional no processo de deterioração da conjuntura brasileira no Pré-1964. Em *O Governo João Goulart: lutas sociais no Brasil (1961-1964)*, Moniz Bandeira recupera alguns dos capítulos mais conhecidos sobre essa movimentação, além de trazer outras questões relativamente secundarizadas na historiografia. Além das abordagens sobre as ações dos EUA no suporte ao IPES-IBAD, do apoio ofertado às candidaturas mais conservadoras no contexto das eleições de 1962 e do aumento da presença física de estadunidenses no Brasil, o autor sugere a existência de diferentes planos por parte de Washington em caso de um possível agravamento da situação ainda em 1963:

A CIA organizou, indubitavelmente, uma vasta operação especial, com suportes militares dentro e fora do País. Havia em Teresina (Piauí) um campo de pouso para helicópteros, clandestino, e, na Guiana Inglesa, uma pequena base norte-americana funcionava, sem o conhecimento do Presidente Cheddi Jagan, como posto de observação e com 15 aviões a jato, prontos para a ação, em caso de emergência. A operação especial não se limitou, porém, ao contrabando de material bélico para armar as forças da reação, explorando as agudas contradições internas que atassalhavam o Brasil ou a premeditar o assassinio dos Embaixadores de Cuba ou da União Soviética, a fim de criar problemas internacionais para o Governo de Goulart. Ela envolveu também a participação pessoal de militares norte-americanos, concentrando-se seus cuidados, particularmente, no Nordeste, cuja invasão (e isso não constituía segredo para o Governo do Brasil) o Pentágono planejava, diante da previsão de que lá irrompesse uma revolução inspirada pelo exemplo de Cuba (Bandeira, 1978, p. 136).

A partir de diferentes partes da estrutura do Estado norte-americano, os debates sobre o futuro do Brasil se transformavam em possíveis linhas de ação diante do que fosse considerado enquanto o desenvolvimento de um ato considerado subversivo. Passagens como essa chamam atenção para a dimensão atribuída à Washington na leitura de Moniz Bandeira. Longe de se resumir apenas aos embates relativos à inserção internacional do país ou ao choque de interesses acerca de agendas como os processos de nacionalização, perspectivas acerca de uma possível ação externa diante dos desdobramentos da conjuntura brasileira já seriam ensaiadas antes mesmo de 1964.

Ainda que o apoio a partir de diferentes estratégias de ação no contexto de deterioração, somado ao fato da organização da Operação Brother Sam, sejam fatos relativamente aceitos por parte da historiografia, persistem determinadas dúvidas acerca do nível de engajamento dos EUA em caso de possíveis consequências do golpe:

Seja como for, a polêmica sobre a intervenção direta dos Estados Unidos nos preparativos do golpe ainda persiste. Se já não há dúvidas quanto ao caráter

de apoio logístico da chamada ‘Operação Brother Sam’ (um porta-avião, seis contratorpedeiros, um porta-helicópteros e quatro petroleiros), que poderia chegar a Santos entre os dias 8 e 13 de abril, ainda não é possível afirmar, documentadamente, que os Estados Unidos estariam dispostos a um envolvimento direto num possível conflito armado mais prolongado (Fico, 2014, p. 43).

Num contexto de diferentes golpes de Estado pelo Terceiro Mundo, a experiência brasileira, no tocante aos interesses estadunidenses, ainda constitui uma agenda de pesquisa potencial. Trabalhos como o de Moniz Bandeira abriram caminhos para uma compreensão mais profunda sobre o golpe, do ponto de vista das relações externas. É a partir dessas e de outras contribuições que se propõe avançar na análise acerca das possíveis ações dos EUA diante de outros cenários fora aquele que de fato se materializou no final de março e início de abril de 1964.

Considerações finais

Luiz Alberto Moniz Bandeira desenvolveu o perfil de um intelectual em trânsito, contribuindo teórica e metodologicamente na construção de interpretações sobre os mais diferentes processos históricos envolvendo o Brasil e outros atores do sistema internacional a partir de uma perspectiva interdisciplinar. Nos caminhos entre a História, a Ciência Política e as Relações Internacionais, o baiano incidiu, mesmo que indiretamente, numa questão relevante para o reconhecimento das principais questões que permearam a conjuntura brasileira no contexto do golpe de 1964: qual o papel da Política Externa no acirramento da luta política e social no país?

Situadas em lugares relativamente distintos no âmbito da oficina da História, trabalhos como *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)* e *Brasil – Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950-1988)* recuperam questões importantes relativas à caracterização da PEI, sua relação com o ambiente de conflitos nos últimos anos da Experiência Democrática Brasileira e o papel dos EUA no golpe. Diante de um movimento de reformulação da política exterior à luz das novas demandas de um país em busca de desenvolvimento e autonomia na esfera internacional, a Política Externa de Jânio Quadros e João Goulart constituiria uma espécie de aprofundamento de tendências registradas em governos anteriores, tendo como um dos principais desafios encarar o complexo debate sobre o presente e o futuro da inserção internacional do país.

No tocante ao ambiente de conflitos existentes em seu entorno, destacaram-se a existência de ao menos três dimensões. Entre disputas pela formulação, divergências entre o

Itamaraty e o governo e entre o Estado Brasileiro e os EUA enquanto ator e eixo central das relações internacionais do Brasil, o processo de reformulação da PEB envolveu contestações quanto ao papel da academia diplomática na condução das relações exteriores, mas principalmente disputas quanto à natureza de tais transformações. Nesse sentido, diante de um quadro de acirramento das lutas sociais no país, questões externas interagiam com debates internos ao estabelecerem limites e possibilidades, contradições e afirmações sobre os possíveis rumos de um país diante de desafios conjunturais e estruturais.

Como um desdobramento da terceira dimensão, a participação dos EUA no golpe evidencia a internacionalização da crise brasileira. Sob o ponto de vista de Moniz Bandeira, a reconstituição de um aspecto central na compreensão da derrubada de Goulart assume múltiplas faces. Desde o exercício de pressões diplomáticas e iniciativas multilaterais de enquadramento da diplomacia brasileira até a violação aberta da soberania do país, o papel estadunidense nesse contexto se revelaria enquanto peça relevante na conformação do golpe de classe e limitação de um horizonte reformista e autonomista.

Luiz Alberto Moniz Bandeira apresenta um caminho alternativo para a produção de uma perspectiva crítica das relações exteriores, avançando na sua compreensão enquanto inscrita nas relações socioeconômicas mais gerais e capaz de, ao transcender os meios diplomáticos mais restritos, envolver diferentes segmentos dos setores dominantes e das classes trabalhadoras.

Referências Bibliográficas

- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Brasil – Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950-1988)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- BRUM, Thiago Pereira Caldas. **Ruptura e continuidade: as correntes historiográficas da política externa independente**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Empresários, Ditadura e Política Externa Brasileira. **Continentes**, Seropédica, n. 4, p. 112-137, 2014.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia**. Tempo, Niterói, v. 14, n. 28, p. 125-145, jan-jun. 2010.
- DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FERREIRA, Jorge. **A democracia no Brasil (1945-1964)**. São Paulo: Atual, 2006.
- FICO, Carlos. **Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

IANNI, Octavio. **O Colapso do Populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. *Tempo e Argumento*, **Florianópolis**, v. 10, n. 23, p. 204-251, jan./ mar. 2018.

LOUREIRO, Filipe Pereira. **Empresários, trabalhadores e grupos de interesse: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964**. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MALDONADO, L. E. O Jovem Moniz Bandeira entre poesia e militância em Salvador: sentidos de um itinerário intelectual. *Intelligere*, São Paulo, 11, p. 219-243, 2021.

MANZUR, Tânia Maria Pechir Gomes. **Opinião Pública e Política Exterior do Brasil (1961-1964)**. Curitiba: Juruá, 2009

MUÑOZ, Luciano da Rosa. **Intelectuais, militares, diplomatas: uma genealogia da autonomia no Brasil (1946-1974)**. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. “A Operação Panamericana e a Política Externa Independente”. In: _____. **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil, 1750-2016**. Rio de Janeiro: Versal, 2017.

ROCHA, Ana Vitória Sampaio Castanheira. Um historiador que nunca dorme: os ‘anos vermelhos’ de Luiz Alberto Moniz Bandeira. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 28, n.77, p. 149-154.

SANTOS, Norma Breda dos. História das Relações Internacionais no Brasil: esboço de uma avaliação sobre a área. *História*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 11-39, 2005.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O Governo Goulart e o Golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações Exteriores do Brasil (1945-1964): o nacionalismo e a política externa independente**. Petrópolis: Vozes, 2004.